



Publicado em 24/02/2026 - 18:40

## **Grande ABC enfrenta déficit de apoio escolar na educação inclusiva**

---

Censo aponta déficit em 30% dos municípios; falta de profissionais compromete atendimento a alunos com deficiência e pressiona redes por soluções estruturais

Autor: Thiago Antunes

Fonte: ABCdoABC

O Brasil enfrenta um gargalo estrutural na educação inclusiva, e os profissionais de apoio escolar representam o núcleo dessa deficiência técnica e administrativa. Dados oficiais do Censo Escolar 2024, o levantamento mais recente do governo federal, indicam que 30% dos municípios declaram não ter equipes preparadas na rede pública para atender alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e superdotação.

A ausência desses trabalhadores compromete a espinha dorsal do sistema educacional inclusivo. Esses técnicos assumem a responsabilidade direta pelo suporte aos estudantes em necessidades primárias, como locomoção, higiene e alimentação. Eles também garantem a integração pedagógica essencial ao ambiente escolar.

Sem a presença constante dessas equipes, o acesso à educação para milhares de brasileiros torna-se inviável na prática. O cenário exige respostas imediatas das esferas federal, estadual e municipal.

### **O mapa da ausência e o impacto regional**

A escassez de apoio escolar atinge proporções continentais quando analisamos os microdados do Ministério da Educação (MEC). Nos 1.659 municípios que confirmam a ausência de acompanhantes, existem 226 mil alunos com deficiência matriculados. Eles estão distribuídos entre classes comuns e turmas exclusivas da

educação especial.

O estado de São Paulo lidera as estatísticas negativas relacionadas ao apoio escolar. Metade de todos os estudantes afetados pelo déficit reside em território paulista. O estado concentra 528 cidades que notificaram o governo federal sobre a falta absoluta de profissionais de apoio escolar.

- Total de municípios sem apoio: 1.659
- Alunos afetados nessas cidades: 226.000
- Cidades paulistas sem suporte: 528

A Bahia apresenta o caso municipal mais agudo do levantamento na falta de profissionais de apoio escolar. Feira de Santana ostenta o título de cidade com o maior número de alunos com deficiência matriculados (6.262) entre todas as que declararam não possuir nenhum membro na equipe de suporte inclusivo.

### **Divergências de dados mascaram a realidade nas escolas**

O retrato pintado pelo Censo Escolar pode ser ainda mais brando do que a realidade operacional das escolas. Há um abismo estatístico entre os relatórios do governo federal e os balanços internos divulgados pelas prefeituras. Essa falha de comunicação prejudica o dimensionamento correto da quantidade de profissionais de apoio escolar necessários no país.

São José dos Campos, no interior de São Paulo, ilustra essa discrepância de forma clara. O levantamento federal aponta que o município possui 4.893 estudantes matriculados na educação especial, mas registra a existência de apenas um profissional de apoio escolar.

A Secretaria de Educação e Cidadania do município contestou os números. Em nota oficial, a pasta declarou possuir um contingente muito superior.

A rede municipal conta com 1.519 acompanhantes alocados no ensino infantil e no ensino fundamental, além de operar com o suporte de 318 estagiários do curso de pedagogia.

Falhas de preenchimento ou divergências na nomenclatura dos cargos costumam gerar esse tipo de apagão estatístico. Quando as cidades não informam corretamente os números, o repasse de verbas federais para capacitação acaba prejudicado.

## **Legislação rigorosa afeta contratação de novos quadros**

O Ministério da Educação reconhece o desafio do apoio escolar e afirma que o período para a adequação das redes de ensino será debatido com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O governo federal tenta equilibrar a exigência por qualidade técnica com a urgência das contratações.

A qualificação do quadro atual acende um alerta vermelho. O Censo indica que apenas 15% das equipes registradas na rede pública durante 2024 possuem formação continuada em educação especial. O critério básico avaliado foi a conclusão de cursos com carga horária mínima de 80 horas.

A regra, no entanto, sofreu uma revisão drástica. Em dezembro de 2025, o governo alterou a norma e elevou a barra técnica para profissionais de apoio escolar. A nova redação passou a exigir:

- Formação mínima no ensino médio.
- Cursos de educação especial com carga horária de pelo menos 180 horas.

Essa mudança abrupta reduziu o contingente de trabalhadores aptos a atuar nas escolas. Redes municipais relatam dificuldades extremas para encontrar profissionais de apoio escolar que cumpram os novos critérios. O MEC informa que ofereceu 250 mil vagas em cursos de especialização em 2025, mas apenas 88 mil foram preenchidas, evidenciando o descompasso entre a oferta de formação e a adesão.

## **ABC Paulista articula blindagem na educação inclusiva**

Enquanto o governo federal calibra a legislação, os municípios precisam lidar com a demanda diária. Cidades da região do ABC Paulista adotam estratégias distintas para mitigar a crise.

## **Diadema projeta novo centro e amplia agentes**

A Prefeitura de Diadema atende hoje cerca de 1.800 alunos com algum tipo de deficiência. O município estruturou uma rede focada em atendimento descentralizado e análise individualizada dos casos, contando atualmente com 97

professores especializados e 250 agentes de apoio.

A cidade aportou R\$ 5 milhões para fortalecer a educação inclusiva em 2025 e confirmou a inauguração do Centro TEA para 2028, um espaço de 650m<sup>2</sup> com investimento de R\$ 10 milhões focado em infraestrutura clínica e psicopedagógica.

### **São Caetano do Sul consolida núcleo de inclusão**

São Caetano do Sul optou por focar na reestruturação institucional no apoio escolar. O Núcleo de Apoio à Educação Inclusiva (NAEI) iniciou 2026 em uma nova sede visando facilitar o treinamento das equipes. O balanço de 2025 aponta 176 horas de atividades pedagógicas, distribuídas em 37 ações de formação continuada, focadas no Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) e na acessibilidade.

### **Santo André expande frota e foca em salas multifuncionais**

A Secretaria de Educação de Santo André priorizou a infraestrutura física e logística. A ampliação das salas de recursos multifuncionais representa o principal pilar, operando hoje com 48 espaços desse tipo e com previsão de mais seis para 2026. A mobilidade também recebeu atenção com a aquisição de 13 novos veículos, dos quais oito operam com foco exclusivo na inclusão, garantindo o deslocamento seguro até as salas de recursos.

### **São Bernardo capacita milhares de servidores**

São Bernardo do Campo adotou a qualificação em massa como resposta ao aumento das matrículas. O município realizou um encontro formativo para cerca de 2.400 cuidadores e supervisores. Em 2025, a rede municipal atendeu 4.583 alunos com deficiência (6,3% do total), sendo 3.319 com diagnóstico de TEA.

As oficinas de capacitação para os profissionais de apoio escolar abordaram desde o manejo de comportamentos em estudantes com TEA até procedimentos clínicos emergenciais, como alimentação por sonda e atendimento em crises convulsivas, integrando ações com a Secretaria de Saúde.

## **Ribeirão Pires integra suporte ao ensino regular**

Em Ribeirão Pires, a abordagem foca no planejamento pedagógico unificado. A prefeitura orientou os gestores para que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) caminhe em sintonia absoluta com a sala regular, garantindo que o acompanhamento individualizado ocorra sem isolar o aluno e assegurando a consolidação da aprendizagem até o 5º ano do Ensino Fundamental.

## **O futuro da educação requer mais investimento estrutural**

A meta de um sistema de ensino verdadeiramente universal esbarra na planilha de custos e na burocracia governamental. O Censo de 2024 comprova que a legislação avança em uma velocidade muito superior à capacidade financeira e estrutural de execução por parte dos municípios brasileiros.

A exigência de 180 horas de formação afunila o mercado de trabalho e cria um dilema para as prefeituras. Resolver esse impasse exige mais do que portarias editadas em Brasília. É necessário financiamento real para os cofres municipais e programas de formação técnica em escala industrial.

Superar o déficit de 30% nas cidades brasileiras é a única garantia de que as matrículas se transformarão em aprendizado real. Sem a presença e a valorização contínua dos profissionais de apoio escolar, o discurso da inclusão continuará sendo apenas uma promessa.

<https://abcdoabc.com.br/apoio-escolar-em-deficit-desafia-inclusao-no-abc/>

**Veículo:** Online -> Portal -> Portal ABC do ABC

**Seção:** São Caetano